

# Aula 10

## O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS NA IDADE MÉDIA

### **META**

Compreender a gênese e desenvolvimento do problema dos universais na Idade Média.  
Identificar os principais autores nessa discussão.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Caracterizar o problema dos Universais e situá-lo no contexto da história da filosofia medieval;  
Identificar os principais autores, suas doutrinas e relevância na solução do problema dos universais;

### **PRÉ-REQUISITOS**

Filosofia Antiga

**Nilo César Batista da Silva**

### INTRODUÇÃO

Ainda que para os modernos o problema dos universais tenha sido tratado com bastante objeção e alvo de dúvidas, a verdade é que nunca deixou de ser uma questão importante para os medievalistas. A querela dos universais é um dos problemas da filosofia que se arrasta desde a antiguidade, alicerçado nas filosofias de Platão e Aristóteles. Talvez de modo não tão vigoroso, assim como foi no período medieval onde as disputas foram preponderantes nela encontrou seu grande apogeu, a ponto de muitos autores modernos tentar reduzir a filosofia medieval tão somente à questão dos universais.

A questão que nos interpõe consiste em saber quais são os objetos do nosso pensamento quando pensamos em universais, de modo que, compreender os universais significa compreender como pensamos, ou seja, examinar as estruturas do nosso pensamento. Nesse sentido, o que está em jogo é o estatuto ontológico do pensamento, não obstante a expressão «ontológico» no âmbito do discurso filosófico, trata-se da estrutura geral da realidade existente ou, mais precisamente, da existência das coisas. Assim o problema dos universais pode ser definido como aquele que investiga sobre a possibilidade da existência ou não-existência de realidades universais. E se existem, que tipo de existência possuem? Em outras palavras: se existem, sua existência é real ou meramente mental (pensada)?

Na antiguidade greco-latina estabeleceu-se preliminarmente, três pensadores estreitamente vinculados a questão dos universais, a saber, Aristóteles (384-322 a.C.) por quem foi lançada a questão a partir de suas considerações sobre a doutrina platônica; por conseguinte, Porfírio (233-305) quem traduz a questão aristotélica para a filosofia tardo-antigo, o Isagoge de Porfírio será divulgado por Boécio (475-523), ainda como questão antiga não solucionada. Com efeito, na Idade Média, a disputa da “*quaestio de universalibus*” surgiu a propósito da pergunta feita no Isagoge de Porfírio, pelo modo de existência dos gêneros e das espécies. De fato, as dúvidas e claudicações, que podemos constatar nos comentários de Boécio, e a própria dificuldade especulativa do tema, muito contribuíram para os grandes debates doutrinários que eclodiriam no final do século XI e na primeira metade do século XII.

Na Escolástica a *quaestio* torna-se disputa acirrada a partir de Pedro Abelardo (1079-1142) e, para contrapor a problemática dos antigos, por último, destaca-se Guilherme de Ockham (1288-1347) com a doutrina nominalista, tornando assim a querela dos universais mais exacerbada na Idade Média.

## A ORIGEM DO PROBLEMA DOS UNIVERSAIS NA ANTIGUIDADE

Como vimos em nossa introdução o *problema dos universais* deve sua origem a filosofia grega. Platão e Aristóteles, já se interrogavam se os gêneros e espécies são universais ou particulares. Para Aristóteles, por exemplo, os gêneros e as espécies são conceitos que não existem fora da mente, mas, revelam as características essenciais do indivíduo. De acordo com estudos recentes de Pedro Júnior, “o modo humano de unificar por classes as coisas existentes no mundo para distinguir uma das outras, já significa que a mente tem a capacidade de abstrair uma coisa e pensar nela sem pensar no todo”. Isso quer dizer que as semelhanças sensíveis, quando concebidas pelo intelecto, são inteligíveis” (Cf. JUNIOR, Pedro. 2001, p.23).

Severino Boécio além de estadista se ocupou em traduzir textos aristotélicos e comentar a problemática aristotélica dos universais para a Idade Média. O *De interpretatione* foi a obra traduzida por Boécio para o idioma latim, onde contém a definição aristotélica de universal a noção de predicação a qual se diz na seguinte forma: *universal é aquilo que é apto por natureza a ser predicado de vários – praedicabile de pluribus*. Assim, obtendo em Aristóteles as bases para se pensar os universais, Boécio entende que a formulação de universal do filósofo grego repousa sobre a noção de comunidade, segundo a qual o universal é algo comum a muitos – *communis in multis*. Essa definição envolve dois aspectos, um lógico que se refere a predicabilidade e outro ontológico, partindo do princípio da noção boeciana de comunidade, pois para Boécio, a noção de universal incide sobre seu caráter de comunidade, *enquanto é aquilo que é comum a vários*.

A concepção boeciana de comunidade, isto é, *communis in multis*, vincula-se à definição aristotélica, constituindo um dado mais onto-lógico do problema. “Enquanto a definição aristotélica de universal incide sobre uma noção lógica do «*ser predicado de vários*», a boeciana repousa sobre a noção de ser comum a muitos. Ora, a possibilidade de predicação a muitos é garantida, na medida em que esses muitos têm algo em comum” (Cf. JUNIOR, Pedro. 2001, p.33).

Aristóteles no livro *dos Tópicos*, define as quatro vozes, ou seja, os predicados gerais com os quais se constrói as proposições e os argumentos, são elas: *propriedade, definição, gênero e acidente*. Porfírio, a fim de introduzir seu discípulo Crisóstomo no estudo das Categorias de Aristóteles, entende que esse estudo deva ser precedido de uma compreensão das vozes aristotélicas. Notemos, contudo, que Porfírio retira a definição e acrescenta a *espécie e a diferença*, já não se apoiando mais as quatro vozes aristotélicas.

O pequeno tratado de Aristóteles intitulado por *De Interpretação* ficou conhecido como a hermenêutica de Aristóteles é o resultado do interesse dado pelos Atenienses às especulações linguísticas que encontramos documentado na obra de Platão, nomeadamente nos diálogos *Crátilo*, *Teeteto* e *o Sofista*. O presente texto tem por função essencial fazer uma série de considerações sobre o alcance a dar às frases, dado que apenas as frases, e não as palavras isoladas, são suscetíveis de receberem um valor de verdade. Mais concretamente, Aristóteles vai centrar-se sobre as frases ditas «declarativas», e daí a sua preocupação em iniciar o texto com a definição do que é o «nome» e do que é o «verbo». Cf. ARISTÓTELES, *Tópicos*. Tradução J. A. Segurado Campos. Lisboa, Imprensa Nacional-casa da Moeda, 2007, p. 38.

Na tradição platónica os universais são considerados entidades existentes em si mesmas e separadas das coisas sensíveis. Carlos Cirne-Lima interpreta essa doutrina platónica como «ontologia da participação», isto é, pelo fato dos indivíduos participarem de uma ideia universal deve existir em Platão a defesa de uma teoria dos universais. “A Ideia que pela ontologia da participação existe no âmago de cada coisa, é o princípio de ordem que a determina e que comanda seu desenvolvimento” Cf. Cirne-Lima, 2015, p. 47.

### SEVERINO BOÉCIO, O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS

Porfírio (233-305), no livro I de sua *Introdução às Categorias de Aristóteles, ou Isagoge*, formulou certas questões sobre a natureza das noções ou ideias gerais que iriam interessar muito a Boécio e, por via do legado boeciano, a toda a Alta Idade Média. No famoso texto porfiriano estão as seguintes hipóteses: “se os gêneros e as espécies subsistem ou estão somente nos intelectos puros; se são subsistências corpóreas ou incorpóreas; e (nesse último caso) se estão separadas dos sensíveis ou colocadas neles. Sobre isso, declara Porfírio, é questão que passo por alto, pois trata-se de um tema difícil, necessitado de maior investigação” (Cf. Porfírio, 1994, p.23)

Boécio ao traduzir o *Isagoge*, sistematizou o problema a partir de três perspectivas: i) os gêneros e as espécies são realidades subsistentes em si mesmas, ou simples concepções do espírito? ii) se são reais, serão corpóreas ou incorpóreas? iii) se são incorpóreas, existem fora das coisas sensíveis ou somente unidas a elas? A princípio Boécio apresenta essas questões propostas por Porfírio, chamando a atenção para o fato de que se trata de um tema difícil e, portanto, é preciso considerá-lo com cuidado. “Os gêneros e as espécies ou existem e subsistem, ou são formados apenas pelo

intelecto e pelo pensamento; mais gênero e espécie não podem existir”. Após essa exposição inicial, Boécio desenvolve três argumentos. “Os dois primeiros refutam a tese de que os gêneros e as espécies existam separados das coisas sensíveis. O terceiro recusa a tese de que os universais sejam meros pensamentos, isto é, intelectões da alma.

O primeiro argumento centrado na noção de comunidade dos universais, nega sua existência, na medida em que nega sua unidade. Ora, se tudo aquilo que existe é uno e os universais, enquanto comuns a muitos, não são unos, então não existem”. Cf. JUNIOR, Pedro. 2001, p.33.

“Tudo o que existe ao mesmo tempo comum a muitos não pode ser uno em si. Pois é de muitos o que é comum, especialmente quando uma e mesma coisa esteja toda ao mesmo tempo em muitas; pois, não importando quão numerosas sejam as espécies, em todas o gênero é um, e não como se as espécies singulares tomassem dele algumas partes, mas possuindo cada uma, ao mesmo tempo, todo o gênero; pelo que todo o gênero não pode estar situado em muitos singulares ao mesmo tempo; nem, pois, pode ser o caso que, sendo em muitos ao mesmo tempo, em si mesmo seja um em número. Porque se é assim, não poderá ser um determinado gênero e, portanto, não será absolutamente nada. Pois tudo o que é [est], pela própria razão de ser [esse] é uno, e o mesmo convém ser dito da espécie”. Cf. BOÉCIO, PL 64, 83B

De acordo com Pedro Júnior, há uma suspeita sobre qual perspectiva Boécio tratou a questão dos universais. Uma hipótese incide sobre um ponto de vista que designaremos com a expressão (ontognosiológica). Ontológica em virtude de admitir a existência dos universais nas coisas. Gnosiológica enquanto entendemos por essa expressão o domínio do discurso que trata da natureza e origem do conhecimento em geral. Cf. JUNIOR, Pedro. 2001, p.35.

## A QUESTÃO COLOCADA POR PEDRO ABELARDO

De acordo com Abelardo, a visão aristotélica comentada por Boécio, de que os gêneros e espécies só subsistam nos objetos sensíveis, mas são entendidos fora da mente, sem dúvida, gêneros e espécies são universais, porém, o que ele investiga é se esses universais se aplicam às palavras ou também às coisas. Para ele, a palavra é a expressão de um objeto ideal, para conhecer a coisa (res) que é real. As palavras estimulam o intelecto e cada uma delas tem um significado próprio e tem legitimidade no real, pois se não tiver correspondência com a realidade, possui uma significação imperfeita. Se tanto as coisas como as palavras parecem ser chamadas de universal, deve-se, portanto, investigar de que maneira o universal deve ser aplicado às coisas. De fato, parece que nenhuma coisa, nem coleção de alguma coisa pode ser predicado de muitas coisas, tomadas uma a uma, sendo tal predicação a exigência própria do universal.

Os universais não são, com efeito, para Abelardo, mais que “o sentido dos nomes”, “*nominum significatio*”. O processo pelo qual nós o formamos chama-se abstração. A matéria e a forma sempre são dadas juntas na realidade, mas nosso intelecto tem o poder de voltar sua atenção apenas para forma ou para a matéria, esse ato de atenção constitui abstração.

Para Abelardo, o universal não é uma coisa ou realidade. O universal consiste em uma categoria gramatical de palavras que podem ser predicados de vários sujeitos, isso é possível não devido a uma realidade dos universais, mas sim por causa do significado.

Dessa forma, as respostas de Abelardo às questões dos universais que tiveram origem em Porfírio são: a) os gêneros e as espécies existem como conceitos, apenas no intelecto, mas significam coisas reais; b) são corpóreas como palavras universais (escutas), mas, incorpóreas como significado; c) como universais que significam as formas das coisas sensíveis, eles existem nelas, mas enquanto significam conceitos abstratos, eles são além da coisa em si. Às três perguntas, Abelardo ainda acrescenta mais uma: se todos os indivíduos significados por um universal cessarem de existir, esse universal perderia o seu significado? A resposta é a seguinte: ele perderá o seu caráter universal, pois não mais se referirá a vários indivíduos, mas ainda conservará seu significado no intelecto.



### ATIVIDADES

Leitura do texto, ABELARDO, Pedro. *Lógica para principiante*, Tradução de Ângelo Ricci, Ruy Afonso da Costa Nunes. 4ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores).

<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2012/10/07-Santo-Anselmo-e-Abelardo-Cole%C3%A7%C3%A3o-Os-Pensadores-1988.pdf>

Produzir um texto (3 páginas) comentando a resposta de Abelardo à Questão dos universais.

### CONCLUSÃO

A disputa dos universais na Idade Média designa o quadro teórico da filosofia tendo como base a ontologia e a epistemologia medieval. Essa disputa foi motivada por um trecho da obra a *Isagoge* de Porfírio referentes às Categorias de Aristóteles e pelos comentários de Boécio a ela relativos. Tratar acerca do problema dos universais é certamente abordar um tema amplo, complexo e não resolvido pelos medievais, mas que ainda hoje inspira muitas reflexões. É importante notar que a solução proposta por Boécio, Abelardo e Ockham para o problema dos universais representa para Idade Média um resgate do pensamento Aristotélico que perpassa épocas e correntes filosóficas.

Enquanto Boécio coloca o problema na perspectiva ontognosiológica, portanto sustenta que os universais (gêneros e espécies) são *res universais* como fundamento da realidade, já Pedro Abelardo apresenta sua reação consistente contra a existência de um *res universal extra animam*. Abelardo adere a perspectiva semântica e rejeita a teoria que atribuíam a universalidade às coisas, portanto afirma que a universalidade cabe apenas às palavras. Assim, universal é a palavra – vox, ou a palavra significativa – *nomen*. No século XIII, a discussão levantada por Guilherme de Ockham assume um contorno expressamente linguístico. Nele há recusa radical do universal *extra animam* e assume a noção de singularidade do real, ou seja, o indivíduo será a única realidade extramental existente. Temos na filosofia de Ockham o legado da teoria dos signos que influencia a filosofia da linguagem na modernidade. O conceito basicamente é um sinal linguístico, portanto um termo da linguagem.



## RESUMO

A questão dos Universais abrange um emaranhado de questões inseridas no âmbito da tradição grega que ao longo da história da filosofia medieval foi paulatinamente perdendo seu teor original. Portanto, encontrar a contribuição de cada doutrina constitui o problema histórico que colocam o realismo e o nominalismo medievais. Boécio e Pedro Abelardo se destacaram no coração desses debates, mas foi precisamente a tradução latina da *Isagoge* e os respectivos comentários de Boécio que fizeram eclodir no século XII a querela dos universais e sobretudo a reapropriação do platonismo e aristotelismo no seio da filosofia latina.

Palavras Chaves: Universais, nominalismo, Boécio, Porfírio.

## REFERÊNCIAS

- ABELARDO, Pedro. **Lógica para principiante**, Tradução de Ângelo Ricci, Ruy Afonso da Costa Nunes. 4ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores).
- ARISTÓTELES, **Tópicos**. Tradução J. A. Segurado Campos. Lisboa, Imprensa Nacional-casa da Moeda, 2007.
- BOECIO, Anício Severino. **Commentaria in Porphyrium. In Opera Omnia**, Paris, Migne, 1891. Patrologia Latina PL 64, col. 82A-86A.
- DE LIBERA, Alain. **A Filosofia Medieval**. Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de campos Teixeira da Silva. 3ª edição, São Paulo, Loyola, 2011.
- JÚNIOR, Pedro Leite. **O problema dos Universais, a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.